

Os espaços de interlocução e de estímulo à formação de capital social junto aos moradores de conjuntos habitacionais¹

Maria José da Costa Oliveira²
Silvana Nader³
Metrocamp

Resumo

O déficit habitacional tem impulsionado a criação de programas públicos que procuram amenizar tal problemática. Todavia, a questão habitacional não pode ser tratada de maneira isolada, já que dentro do contexto democrático é de se esperar que ações que visem atender ao interesse público, como é a questão da habitação, sejam definidas respeitando critérios que tragam impacto positivo para a sociedade como um todo. Assim, programas de habitação devem, além de atender a demanda por moradia digna, estimular as interações, o convívio e, como consequência, a formação de capital social. Nesse sentido, o artigo apresenta a proposta inicial de desenvolvimento de uma pesquisa que procura analisar o papel da comunicação alinhado com a questão da habitação.

Palavras-chave: Esfera Pública; Democracia; Comunicação; Capital Social; Cidadania.

Introdução

Este artigo tem a proposta de apresentar uma pesquisa, em fase inicial, que objetiva analisar os espaços de interlocução e de estímulo à formação de capital social, em especial nos programas de habitação de interesse social, já que os conjuntos habitacionais representam uma forma de organização comunitária, que demanda a formação de um sentido de cidadania de ação coletiva. Nessa perspectiva, o habitar extrapola a noção de espaço privado e se constitui também em espaço público, na medida em que se contempla o interesse coletivo, que une os moradores das localidades.

A partir do conceito de esfera pública, é realizada a interação entre os conceitos de democracia e cidadania com o de capital social, tendo por base a teoria crítica, já que a

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Pós Doutora, Doutora e Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP, Docente da Metrocamp – Grupo IBMEC, integrante e vice-coordenadora do Grupo de Pesquisa em Comunicação Pública e Comunicação Política – COMPOL da ECA/USP, sob coordenação da Profa. Dra. Heloiza Matos. zezeoliveira@gmail.com.

³ Relações Públicas (ECA/USP). Especialista em Gestão e Empreendedorismo Social-MBA FIA/USP. Pós-Graduação em Marketing pela FGV, Sustentabilidade e Responsabilidade Social – Unicamp e Formação Docente pelo Grupo IBMEC. Docente da Metrocamp-Grupo IBMEC. Consultora em Comunicação e Responsabilidade Social. silvana@mncom.com.br

comunicação aqui é defendida como uma alternativa para a praxis, que possibilita o pensamento crítico e tem o potencial de sugerir caminhos para a ação social e política.

Conforme sintetizado na matriz de Craig (2007), a teoria crítica permite, nesta pesquisa, partir de suposições sobre o conhecimento considerando a comunicação teorizada como reflexão discursiva, estando fundamentada sobre a prática da teoria identificada na ideologia presente, na dialética utilizada, na opressão percebida, na conscientização, nas ações de resistência e nas formas de emancipação que ocorrem nos espaços de vivência.

Tendo em vista o objetivo desta pesquisa de analisar os espaços de diálogo, de participação e de deliberação junto aos programas de habitação social de forma a contribuir para o exercício da cidadania, Habermas torna-se uma das principais referências.

A instituição democrática existe para legitimar decisões administrativas. No entanto, no âmbito das organizações públicas ou privadas, há pouco ou nenhum espaço de participação no processo decisório, o que se revela como incoerente ao contexto de democracia. Consequentemente, em geral, as decisões tomadas pelas organizações públicas e privadas são puramente técnicas, desconsiderando-se os interesses dos afetados. Habermas (1971, p. 118) opina que o quadro institucional deve ser racionalizado pela “remoção das restrições comunicativas”.

Esse é o mesmo questionamento que cerca o presente artigo, já que os programas de habitação social, no contexto democrático, devem levar em conta as demandas habitacionais, mas também envolver aqueles que se beneficiam com o programa, com a criação de espaços de interlocução, que estimulem nos sujeitos a cultura de engajamento, de deliberação e de participação no processo decisório como prática cotidiana junto às diversas instâncias da vida em sociedade.

Assim, na fase empírica, que será desenvolvida posteriormente, a proposta é selecionar conjuntos habitacionais na Região Metropolitana de Campinas para levantamento e análise junto aos moradores sobre as possibilidades de interlocução existentes e como são conduzidos possíveis fóruns, reuniões e outras formas de comunicação que representem potencial de participação, diálogo e deliberação sobre questões da vida em comunidade.

A formação de uma cultura democrática e de cidadania deve ser estimulada em todos os momentos, seja na definição dos programas habitacionais, seja nas decisões que repercutirão na vida desses sujeitos, seja posteriormente quando os moradores passam ao convívio cotidiano e necessitam assumir as responsabilidades da vida comunitária.

Conforme destaca Habermas, o desafio, portanto, é promover ações que abram a comunicação em diferentes esferas, como família, sociedade e organizações, entre as quais incluo as organizações comunitárias ou mais restritamente ligadas aos conjuntos habitacionais.

Habermas (1984) argumenta que toda comunicação depende da estrutura de entendimento – assim como considera que a linguagem é verídica, porém pode ser questionada no curso da interação, e que essa estrutura universal possibilita o diálogo e a argumentação pelos quais um consenso racional pode ser alcançado.

Ao se tratar os programas de habitação social sob essa perspectiva não se pode perder de vista a importância que estes podem exercer para se habilitar os sujeitos a promoverem transformações capazes de contribuir para a resolução de questões de interesse público.

Daí a importância desta pesquisa incluir nesta fase uma abordagem teórica para, em fase posterior, observar-se as manifestações que ocorrem por parte dos moradores de dois conjuntos habitacionais, sendo um integrante do Programa Minha Casa Minha Vida e outro da COHAB. Pretende-se entrevistar lideranças dos conjuntos habitacionais selecionados e, caso existam espaços formais para reuniões entre os moradores, aplicar a metodologia de conversação com base em Gamsom (2011), visando identificar o tipo e o nível de consciência política desses moradores, que conduzam ao ativismo político.

Para se entender as perspectivas de formação de espaços de interlocução e de estímulo à formação de capital social em conjuntos habitacionais é importante destacar a questão histórica que envolve a constituição das localidades.

Exercício da cidadania entre o espaço privado e público

A constituição das cidades como espaços coletivos que congregam indivíduos pode ser observada desde a Grécia antiga, considerada o berço da civilização, já que havia um sentido de organização que nos serve de referência até os dias de hoje.

A organização administrativa da Grécia antiga estimulava que seus cidadãos participassem das decisões que envolviam o destino da polis. Na polis (cidade-Estado) os cidadãos se reuniam e definiam o seu destino e nesse contexto surgiu a noção de cidadania. De fato, a cidadania nasce junto com o conceito de democracia, ainda que numa dimensão de exclusão e de manutenção da hierarquização social.

Claro que comparado com o que se entende na atualidade, os conceitos de democracia e cidadania surgiram com limitações e, em certa medida, incoerentes com o que se entende hoje, já que conforme Scherer-Warren (1999, p. 59) “tem-se aí uma democracia limitada, em que escravos, mulheres e crianças não são incluídos entre os cidadãos com direito à participação política”.

Nesse sentido é possível avaliar que o conceito de cidadania evoluiu e tornou-se mais complexo, até em função da complexidade do mundo contemporâneo. Tal evolução do conceito sofreu influência de correntes ideológicas e políticas que, por sua vez, contribuíram para a ampliação dos próprios direitos de cidadania.

Ao tratar de direitos de cidadania se pressupõe que também estão contemplados os deveres, inclusive o de participação em causas de interesse coletivo. Quando as comunidades participam da resolução de seus problemas, elas conseguem resultados muito melhores do que quando deixam a cargo exclusivo do governo, pois isso acaba, de acordo com Gaebler e Osborne “minando a confiança e a competência dos cidadãos e da comunidade”. (1995)

Diante desse contexto, surge a necessidade de se compreender questões e consequências das novas esferas públicas, que passaram a se constituir na sociedade, marcada por profundas mudanças.

Habermas, uma das principais referências nos estudos sobre esfera pública, analisa que esta se localiza entre o Estado e a sociedade, o que nos permite entender a origem do impacto que a comunicação exerce nessa interlocução.

Marques (2008) indica que, para garantir que todos participem igualmente dos debates e discursos em contextos formais e informais, é necessário que os atores sigam procedimentos que zelem pelas condições de igual participação e consideração de todos.

Esteves (2003) aborda a constituição histórica do espaço público e sua dificuldade em se tornar verdadeiramente democrático para a participação da sociedade civil. Destaca também a centralidade da comunicação, em especial da mídia de massa no processo de constituição de um espaço público, atualmente fragmentado e diluído.

Ao mesmo tempo o autor afirma que este espaço não teria extinguido toda a sua vitalidade. Afinal, essa mesma fragmentação, que surge como preocupação por parte de Esteves, também pode ser vista como característica natural de um contexto que valoriza a pluralidade.

Gomes (2008, p. 39) evidencia um aspecto essencial quando afirma que “o

raciocínio público ou o uso público da razão em situação discursiva, sempre se realiza como debate, como discussão. Todas as instituições de que se dota a esfera pública estão destinadas a garantir algo como uma espécie de debate ou discussão permanente das pessoas privadas em público”.

A própria esfera pública se entende, então, como o âmbito da discussão em sociedade entre indivíduos privados. Temas e questões, gerados como tais fora ou dentro da própria esfera pública, aqui são submetidos à comunicação pública, no jogo de posições e réplicas. (Gomes e Maia, 2008, p. 39)

Nessa relação entre esfera pública e privada, Gomes (apud Gomes e Maia, 2008, p. 39) aprofunda a análise do tema ao considerar que um público não é uma mera aglutinação de indivíduos, mas uma reunião de pessoas privadas, isto é, livres, capazes de apresentar posições discursivamente, de transformá-las em argumentos e confrontar-se com as posições dos outros numa discussão protegida da intromissão de elementos não racionais e não argumentativos.

O papel da comunicação ganha destaque na abordagem de Gomes (2008, p. 40) em especial quando o autor sugere que um público é uma reunião de sujeitos capazes de opinião e interlocução. Assim, Gomes deixa claro que esfera pública é o âmbito da negociação argumentativa dos cidadãos, o domínio do seu debate racional-crítico, a dimensão social das práticas e dos procedimentos mediante os quais os cidadãos reunidos podem elaborar, estipular, rejeitar ou adotar posições sobre qualquer questão de interesse comum.

Se por um lado a esfera pública se entrelaça com a esfera privada, há diferenças entre ambas, pois, segundo Gomes e Maia (2008, p. 43), a esfera pública, embora ocorra no espaço de negociação dos privados, não se confunde com a esfera privada. Esta inclui propriamente duas características: a) a esfera íntima, da família, lugar onde se estruturam e se constituem as subjetividades, lugar da emancipação psicológica, fundo sobre o qual se destaca a esfera dos negócios privados; b) a esfera privada propriamente dita é o lugar da produção e reprodução da vida, a economia, o mercado.

Gomes e Maia (2008, p. 43) destaca que a esfera privada se assegura como tal, mesmo diante da esfera pública que ela solicita. Nesse sentido, o autor cita Habermas (1984), para quem a separação entre esfera pública e privada implicava que a concorrência de interesses privados tinha sido fundamentalmente deixada para ser regulada pelo mercado, ficando fora da disputa pública de opiniões.

O mesmo autor considera também que a esfera pública, não é uma arena para

relações mercantis, mas um teatro de relações discursivas sobre quaisquer objetos. A esfera pública política, mais restrita, materializa-se em arenas argumentativas nas quais são considerados os negócios públicos. (Gomes e Maia, 2008, p. 44)

Com essa abordagem, podemos identificar de que forma historicamente a noção de público e privado foi se constituindo, fundamentando o entendimento das relações que se estabelecem entre essas esferas, confirmadas mais uma vez nas palavras de Gomes e Maia (p.54) para quem a esfera pública, pouco a pouco, deixa de ser a dimensão social da exposição argumentativa de questões referentes ao bem comum para ser a dimensão social da exibição discursiva midiática de posições privadas que querem valer publicamente e, para isso, precisam de uma concordância plebiscitária do público.

A esfera pública e a esfera privada, cuja vinculação tratamos de evidenciar, são consideradas por Gomes como duas lâminas sobrepostas, já que ecoam nas questões e vozes presentes à esfera pública os problemas experimentados na esfera privada.

Naturalmente, não é a totalidade do que é originalmente vivido como privado e íntimo que aflora na publicidade, mas apenas aqueles aspectos causados por déficits nos sistemas funcionais, que alcançam e afetam o mundo da vida (Gomes e Maia, 2008, p. 100).

Gomes (apud Gomes e Maia, 2008) reforça essa noção ao considerar que as esferas pública, privada e íntima se tocam, já que o fluxo de temas e questões mantém sempre um vetor que vai do privado ao público.

Para Benhabib (1996, p. 69, apud Gomes e Maia, p, 165) as concepções deliberativas da democracia baseiam-se no princípio de que “as decisões que afetam o bem-estar de uma coletividade devem ser o resultado de um procedimento de deliberação livre e razoável entre cidadãos considerados iguais moral e politicamente”. Afirma, também, que deliberação deve ser entendida como processo argumentativo (p. 166), que precisa ser estimulada em fóruns de discussão como é de se pressupor que ocorra entre moradores de uma localidade.

Assim, tanto Habermas, como Benhabib tratam de destacar o quanto a comunicação, como processo argumentativo, tem papel crucial na deliberação, sendo capaz de estabelecer vínculos entre os membros que dela participam.

Nesse sentido, fóruns de discussão e de deliberação junto a comunidades de conjuntos habitacionais cumprem papel importante quando estimulam o debate de questões de interesse público. Nossa hipótese é que esse papel, ainda que seja desenvolvido por

algumas organizações da sociedade civil, carece de espaços e canais de discussão e de deliberação junto aos moradores de conjuntos habitacionais.

Fora isso, considerando a defesa de que democracia não se restringe ao âmbito político, esta deve permear a sociedade como um todo, envolvendo todos os setores. Nessa perspectiva, vale a afirmação de Maia (p. 180) de que a esfera pública não é entendida de forma única e global, mas, sim, constituída por diversos públicos que se organizam em torno de temas ou causas de interesse comum.

Para nossa proposta, a abordagem de Maia é muito útil, em especial porque a autora enfatiza uma concepção ampliada de política, atenta aos contextos práticos da vida cotidiana e às configurações da sociedade civil, bem como às complexas interações que se estabelecem entre os domínios privados e públicos.

A comunicação no contexto democrático exige considerar o novo sujeito da sociedade plural, democrática, com espaço para debate e diversidade de opinião, tendo em vista a relação entre esfera pública e privada. Habermas, por exemplo, afirma que os núcleos privados do mundo da vida, caracterizados pela intimidade, portanto protegidos da publicidade, estruturam encontros entre parentes, amigos, conhecidos, etc., e entrelaçam as biografias das pessoas conhecidas.

A esfera pública mantém uma relação complementar com essa esfera privada, a partir da qual é recrutado o público titular da esfera pública. (Habermas, 1997, p. 86). Porém, ainda que cada esfera mantenha características próprias, a fronteira entre público e privado tende a ser cada vez mais diluída num cenário marcado notadamente por avanços tecnológicos, por meio da internet e mídias sociais, que permitem tornar cada vez mais híbridas as relações sociais.

Na relação entre público e privado, há influência de uma esfera sobre outra, pois, conforme Habermas

Somente as esferas da vida privada dispõem de uma linguagem existencial, na qual é possível equilibrar, em nível de uma história de vida, os problemas gerados pela sociedade. Os problemas tematizados na esfera pública política transparecem inicialmente na pressão social exercida pelo sofrimento que se reflete no espelho de experiências pessoais de vida. E, na medida em que essas experiências encontram sua expressão nas linguagens da religião, da arte e da literatura, a esfera pública literária, especializada na articulação e na descoberta do mundo, entrelaça-se com a política. (p. 97)

A dicotomia esfera pública e privada pode ser analisada sob diversos ângulos e em diferentes aspectos. Aqui interessa-nos a relação público/privado a partir da perspectiva de organização dos conjuntos de habitações sociais, como é o caso das Cohabs e do Programa

Minha Casa Minha Vida.

Nesse sentido, a contribuição de Oliveira (2007) é uma importante referência, já que o autor indica que as análises e projetos modernos que se baseiam na dicotomia público/privado nos parecem ter chegado a impasses.

É o que se constata em inúmeros conjuntos habitacionais de grande porte, onde a transição entre o domínio do indivíduo no interior de sua moradia para as áreas externas, sejam elas escadarias, equipamentos de uso comum ou as próprias ruas, se faz de maneira abrupta e agressiva: a coisa pública se torna "terra de ninguém", terreno baldio de exclusão e abandono. O mesmo se percebe no encapsulamento de porções da cidade em formas condominiais, espécie de parcelamento feudal que em nada auxilia a constituição de uma cidadania urbana. (Oliveira, 2007, p. 258)

Oliveira (2007) analisa a questão urbanística sob uma ótica que contribui para as propostas do presente artigo, já que considera a importância do diálogo, do debate e por isso alerta que,

Os espaços de contato entre as classes e grupos sociais não visam ao diálogo ou às trocas democráticas livres, sendo frequentemente ditados por interesses mercadológicos que vêm em formulações conservadoras, autoritárias e preconceituosas um meio de controle ideológico e político. (2007, 258)

Chama também atenção as considerações de Oliveira (2007), quando destaca que O binômio público e privado adquire relevância explícita quando, com a perspectiva do Direito Romano, a distinção primeira entre o público e o privado afirma a supremacia do público como sendo aquilo que é de interesse comum e, justamente por isso, sobrepõe-se ao que é de interesse particular. O exame dos termos implica duas acepções básicas sobre as quais se estrutura sua relação de oposição, conforme Celso Lafer: na primeira, o público é o que afeta a todos ou a maioria, sendo, por consequência, o *comum*, que se contrapõe ao privado, visto como o que afeta a poucos; já na segunda acepção, o público é o que é *acessível a todos*, enquanto o privado é reservado e pessoal.

Na segunda acepção, público é aquilo que é aberto ao conhecimento de todos, em oposição ao privado, que está limitado a poucas pessoas, em última instância, o secreto. Neste uso, segundo Lafer, a noção de público está imbricada àquela de democracia, entendida desde a ocorrência entre os gregos, como sendo o governo do poder público, exercido em público. (p. 259)

Entretanto, não se pode ignorar diversos entraves à perspectiva aqui apresentada, já que, conforme Amore et al (2015, p. 418) no caso do Programa Minha Casa Minha Vida, a própria localidade onde são construídos os conjuntos habitacionais:

são áreas que “viabilizam” financeiramente as obras dentro dos tetos estabelecidos, mas que reproduzem um padrão de cidade segregada e sem urbanidade, pois são mal servidas por transporte, infraestrutura ou ofertas de serviços urbanos adequados ao desenvolvimento econômico e humano.

O mesmo autor trata de evidenciar que na prevalência de relações privadas e de

espaços isolados, são favorecidas as mediações do narcotráfico e de milícias, organizações que tomaram a gestão de alguns dos condomínios que fizeram parte de seus estudos.

Com isso, Amore et al (p. 419) alertam para o risco de se cristalizar novos territórios de guetificação e segregação social, o que reforça a importância da constituição de capital social entre os moderadores dessas localidades.

Constituição de Capital Social e o fortalecimento das ações coletivas

A relação do conceito de capital social com a presente abordagem ocorre porque, para que sejam estabelecidas relações que extrapolem a esfera privada entre os habitantes de uma comunidade torna-se condição essencial o estabelecimento de vínculos entre seus membros. São esses vínculos que contribuem para garantir o engajamento, seja em relação aos objetivos coletivos da comunidade, seja em relação aos objetivos voltados ao interesse público.

Dessa forma, cabe lembrar que capital social está intimamente ligado às redes sociais e de comunicação disponíveis para as interações dos agentes sociais (Matos, 2009, p. 101). Matos destaca, também, que “a rede social pode ser dimensionada pela confiança que os membros atribuem aos participantes e às consequências associadas a esse sentimento”. (Matos, apud Duarte, 2007, p. 55)

Matos (2009, p. 37) cita Coleman, para quem o capital social pode ser encontrado em dois tipos de estrutura: nas redes sociais que funcionam num espaço fechado (um clube, associação ou sindicato, com suas próprias normas e sanções) ou numa organização social ou instituição com um objetivo específico (empresa, governo, associação cultural, partido político, ONG).

A autora (2009, p. 38) analisa que Coleman no campo da educação e Putnam com foco na participação cívica e no comportamento das instituições são fontes de inspiração para a maior parte dos estudos sobre o capital social.

Tais estudos mais recentes concentram-se, de acordo com Matos (2009, p. 38) em nove campos: família; comportamento juvenil, escolarização e educação; vida comunitária virtual e cívica; trabalho e organização; democracia e qualidade do governo; ação coletiva; saúde pública e meio ambiente; delinquência e violência; desenvolvimento econômico.

Considerando esses campos, é possível perceber que os estudos sobre capital social já têm enfatizado sua importância para a vida comunitária. Todavia, há nos conjuntos habitacionais relações de cooperação e de confiança estimuladas pela participação, diálogo,

deliberação? Esta é uma questão que permeará nossa pesquisa empírica em fase posterior.

Vale et al (2006, p. 46) consideram que o capital social se manifesta por meio das redes sociais que tornam possíveis a cooperação e a ação coletiva para benefício mútuo, no interior das organizações, grupos e comunidades.

Para completar nossa abordagem, torna-se necessário não apenas evidenciar a importância do capital social na vida comunitária dos conjuntos habitacionais, mas também levar em conta o contexto democrático, de participação e engajamento cívico. Assim, Matos (2009, p. 44) trata de enfatizar e aprofundar justamente o conceito de capital social na estruturação de laços sociais e engajamento cívico.

Segundo Putnam (2006, apud Matos, 2009, p. 47) os indivíduos têm mais chance de mudar sua vida quando fazem parte de uma comunidade cívica fortemente engajada. Dessa forma, os laços sociais e o engajamento cívico teriam influência preponderante sobre a vida privada e pública.

“As redes de interação alargariam enormemente a consciência dos membros, permitindo que eles desenvolvessem um “eu” e um “nós”, ou, retomando os termos teóricos da escolha racional, pode-se dizer que a presença dessas redes reforçaria o gosto dos indivíduos pelos benefícios coletivos (Bevort e Lallement, 2006, pp 37-8, apud Matos, 2009, p. 47)

Se até aqui tratamos de considerar o conceito de capital social, seus campos de aplicação e evidenciar sua utilidade para a sociedade, resta analisar qual seria o papel da comunicação na sua constituição.

Matos (2009, p. 82), ao tratar das perspectivas atuais da abordagem da conversação, lembra que as noções de opinião pública e esfera pública fizeram com que o conceito de conversação fosse reconhecido como relevante dimensão da constituição da democracia.

Matos (2009, p. 82) faz um questionamento sobre o porquê das conversações serem tão importantes para a formação de espaços públicos democráticos se, geralmente, elas se estabelecem em contextos privados (pouco propícios ao embate de ideias) e entre pessoas que pensam de forma semelhante.

A autora resgata diferentes autores (Mansbridge, 1999; Kim e Kim, 2008; Moy e Gastil, 2006), que já destacaram que as conversações tendem a ocorrer com maior frequência em ambientes nos quais as pessoas se sentem protegidas ao expressarem seus argumentos e conclui que:

Assumir opiniões divergentes em contextos controversos não só impõe um desafio aos indivíduos como também um preço: transformar uma conversação fluida, amistosa e agradável em um embate de ideias voltado para a produção de um acordo ou para a solução de um determinado acordo ou para a solução de

determinada questão. (Matos, 2009, p. 82)

Por fim, consideramos que a constituição de capital social facilita o engajamento dos cidadãos nos assuntos que afetam a coletividade, por vínculos de confiança que são estabelecidos.

Considerações finais

A pesquisa em desenvolvimento contará, em fase posterior, com pesquisa empírica aplicada em uma amostra de conjuntos habitacionais de interesse social, como é o caso do PMCMV e as Cohabs, com o objetivo de analisar quais espaços de debate e de deliberação existem junto a essas comunidades, o que seria coerente em uma sociedade democrática, que reconhece a necessidade de participação de cada cidadão na definição e execução de causas de interesse coletivo.

Portanto, é de se esperar que a interlocução entre os indivíduos seja estimulada, de forma que cada um ultrapasse os limites do que é privado para uma ação coletiva, até que se desenvolva a cultura de atuação em prol do interesse público. É nesse sentido que se dá um passo importante para que a democracia alcance um patamar de maturidade a ponto de todos exercitarem cotidianamente a cidadania.

Os espaços de interlocução podem ser os mais diversos, desde fóruns de discussão físicos como virtuais, reuniões e assembleias, audiências públicas. O que importa é que todos representam espaços potenciais para manifestação, consulta, troca, debate, diálogo e deliberação. Assim, a partir de demandas individuais, conversas cotidianas passam a ganhar projeção quando encontram ressonância junto a outras demandas individuais.

Esse compartilhamento pode, portanto, reforçar necessidades que não dizem respeito restritamente ao âmbito privado, revelando-se como uma demanda coletiva que impacta o interesse público.

A cultura de participação, de compartilhamento e da aproximação também estimula a constituição de capital social. Esse, por sua vez, fortalece os laços entre os membros da comunidade e desse fortalecimento cria-se um sentido de pertencimento, tão necessário ao contexto democrático e de cidadania.

Daí se depreende haver uma relação de causa e efeito entre democracia, cidadania, capital social e comunicação, que demanda atenção a partir da forma como são concebidos os projetos habitacionais, já que a relação entre público e privado é aí evidenciada. Afinal, o que diz respeito ao indivíduo não se limita às paredes de sua moradia. Da porta para fora o

espaço compartilhado com outros membros também é espaço de pertencimento, que merece a atenção de todos.

Nesse sentido, este artigo analisa, sob o ponto de vista teórico, os eixos que alicerçam as etapas a serem posteriormente construídas nessa pesquisa, que demandará análise empírica dos espaços de interlocução existentes.

Referências

ALVESSON, Matz; DEETZ, Stanley. Teoria Crítica e Abordagens Pós-Modernas para Estudos Organizacionais. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. R; CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (orgs.) Handbook de Estudos Organizacionais. Modelos de análise e novas questões em Estudos Organizacionais. Volume 1. São Paulo: Atlas, 1999.

AMORE, Caio Santos; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (orgs.). Minha casa...e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. . 1ª. ed. – Rio de Janeiro, Letra Capital, 2015.

CRAIG, R. T; MULLER, H. L. Theorizing Communication Reading Across Traditions, Sage Publications, Inc., 2007.

DEGENHARDT, Victor Werner. A TEORIA CRÍTICA E A ESTRATÉGIA EMPRESARIAL: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMULAÇÃO. BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos 2(2):102-108, maio/agosto 2005.

DUARTE, Jorge (org.). Comunicação Pública. Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. Atlas, São Paulo, 2007.

DRAGO, Pedro Anibal. Teoria Crítica e Teoria das Organizações. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, Abr./Jun. 1992.

ESTEVES, João Pissarra. “Espaço Público político” (cap. 1) em Espaço público e democracia: comunicação, processo de sentido e identidade social. São Leopoldo, Unisinos, 2003.

GAEBLER, Ted; OSBORNE, David. *Reinventando o Governo: Como o Espírito Empreendedor está Transformando o Setor Público*. 7a. Ed. Brasília, MH Comunicação, 1995.

GAMSOM, William. Falando de Política. Tradução Ângela Cristina Salgueiro Marques. Belo Horizonte, Autêntica, 2011.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. Comunicação e Democracia. Problemas e perspectivas. São Paulo, Paulus, 2008.

HABERMAS, J. *Knowledge and Human Interests*, trans. Jeremy J. Shapiro. London: Heinemann, 1971.

HABERMAS, J. The theory of communicative action. Vol. 1. Reason and the rationalization of society. Boston, Beacon Press, 1984

HABERMAS, J. Direito e Democracia.: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, vol.II, 1997.

MARQUES, A. C. S. (organização e tradução). *A deliberação pública e suas dimensões sociais políticas e comunicativas: textos fundamentais*, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

MARQUES, Angela C. S. “Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. Em *Revista Líbero*, Ano XI n. 21, junho de 2008.

MATOS, Heloiza. *Capital Social e Comunicação: interfaces e articulações*, São Paulo: Summus editorial, 2009.

OLIVEIRA, Antonio Celso Xavier. *De Uruk à Villa Hadriana. Contribuição ao estudo da urbanização na antiguidade*. Tese de Doutorado. FAU/USP, 2007.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997.

REIS, B. P. W. *Capital Social e Confiança: Questões de teoria e método*. *Revista Sociologia Política*, 21, p. 35-49, nov. 2003.

ROCHA, Davi de Castro; FERRAZ, Sofia Batista; CABRAL, César de Aquino; SANTOS, Sandra Maria dos; PESSOA, Maria Naiula Monteiro. *Teoria Crítica e Pós-Modernismo: Principais paradigmas e produção científica no Brasil*. II Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade. João Pessoa/PB, 20 a 22 de novembro de 2011.

ROMANO, Jorge O. *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

SCHEBELESKI, Patricia Grotti e FERREIRA, Cristina Hillen Marchine. *Teoria Crítica: Origens e Conceitos*. VII ENPPEX. *Universidade e Gestão Pública: Perspectivas e possibilidades*. II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Fecilcom.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem Fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo, Hucitec, 1999.

VALE, G. M. V.; AMÂNCIO, R.; LAURIA, M. C. P. *Capital Social e suas Implicações para o Estudo das Organizações*. *O&S*, v. 13, no. 36, Janeiro/Março, 2006.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CALDAS, Migual P. *Teoria Crítica e Pós-Modernismo: Principais alternativas à hegemonia funcionalista*. *RAE-Clássicos*. Vol. 46, no. 1, Jan./Mar, 2006.